

Qual a família da psicanálise?

Entre a abjeção e a psicose cultural

Berenice Bento,¹ Coimbra

Resumo: Os objetivos deste artigo são: 1) discutir como a ausência da categoria raça no mapa analítico da psicanálise contribui para a reiteração da “psicose cultural” brasileira, conceito proposto para interpretar os efeitos da chamada “democracia racial” e que se caracteriza pela negação continuada da existência de estruturas sociais racistas; 2) analisar a ausência de pessoas negras na cena psicanalítica (seja como paciente ou psicanalista) devido ao (não) lugar que as famílias negras ocupam no mapa epistemológico desse saber. Não se trata apenas da exclusão de pessoas negras, como indivíduos, mas de uma população que é observada sob o signo do abjeto; 3) propor a categoria raça como uma linguagem estruturante do inconsciente dos sujeitos.

Palavras-chave: psicanálise, racismo, família negra, escravidão

Introdução

A paciente chega ao consultório do psicanalista. A sessão começa. Ela diz que o racismo tem sido uma fonte de sofrimento em sua vida. O psicanalista a aconselha a procurar um psiquiatra. Ali não havia nada para ela porque o sofrimento relatado era, na verdade, um surto de perseguição. Não existe racismo no Brasil e a psicanálise nada poderia dizer sobre esse tipo de transtorno. A paciente era Isildinha Baptista Nogueira, psicanalista negra, que recupera esse acontecimento em um evento.² Quem estava em surto?

1 Professora do Departamento de Sociologia (UnB) e pesquisadora do CNPq. Graduação em Ciências Sociais (UFG), mestrado em Sociologia (UnB), doutorado em Sociologia pela UnB/Universitat de Barcelona e pós-doutorado (CUNY/EUA). Atualmente é pesquisadora visitante no Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra.

2 Entrevista com Isildinha Baptista Nogueira. <https://www.youtube.com/watch?v=MxspWRYbqW8>.

Quem estava desconectado da realidade e estava produzindo fantasias? De um lado, um psicanalista que inscreve a sua fala no âmbito da democracia racial, do outro, o sujeito concreto que apresenta os efeitos desse mito em sua subjetividade. O psicanalista está apartado da realidade, criou um mundo paralelo. De certa forma, é sobre mundos paralelos que trata este artigo e terá como objetivo aproximar-se dos debates contemporâneos sobre psicanálise e racismo, respaldado em uma análise histórica, uma vez que “o contemporâneo” está circunscrito a um tempo histórico que lhe antecede e o guia. Certamente, não estamos condenados/as a repetir o passado. Não seria possível, contudo, entender a cena do psicanalista que padece de psicose cultural,³

- 3 Chamarei de psicose cultural a incapacidade de os sujeitos elaborarem e vincularem suas vidas cotidianas a dimensões históricas responsáveis por estruturarem as posições diferenciadas dos corpos no mundo, o que termina por produzir verdades sem conexão com a realidade. Na cena, a psicose cultural se efetiva em torno da raça. Essa absoluta falta de vínculo entre a realidade e o discurso não é produzida por um indivíduo, está amarrada a um longo e cuidadoso processo de produção política da memória coletiva e das subjetividades. Por ser estrutural e estruturante, a negação do racismo torna-se um fato banal do cotidiano. Por um lado, convivemos com práticas racistas, por outro, nega-se a existência do racismo. Esse apartamento do real pode nos levar a considerar, por exemplo, a cena do psicanalista como um momento exemplar da atualização da psicose cultural. Não se trata de deslocamento ou negação da realidade que atravesse exclusivamente as pessoas brancas e pardas. O processo de construção das raças estabelece que o branco é o referente de totalidade, aquele que prescindir do negro para se definir, que não precisa conviver com a falta. Seria interessante sabermos quantas pessoas brancas chegam aos consultórios e dizem “a minha raça é um lugar de sofrimento”. Mas essa cena é da ordem do inimaginável. A negação do racismo pode ser também interpretada como a expressão do desejo de que o negro não existisse, uma negação de caráter ontológico. Reconhecer que a existência do branco está vinculada ao negro seria mover-se para o campo da incompletude, da falta, reconhecer-se como ser castrado racialmente, o que retira o sujeito de sua pretensa superioridade e totalidade. O/a branco/a é a lei, a verdade impossível de se identificar como racista. Esse defeito moral não lhes pertence. Quando se diz “raça” a consciência é remetida imediatamente para uma corporalidade negra. Negros e negras têm raça, brancos/as e pardos/as têm humanidade. A psicose cultural dialoga com a proposta de Leila Gonzalez (1984), que caracteriza a sociedade brasileira como padecendo de “neurose cultural”. Parece-me interessante esse ruído que ela provoca, mas acredito que o projeto político hegemônico, baseado, por um lado, na negação do racismo e, por outro, na violência reiterada contra a população negra, termina por produzir um mundo social paralelo, com suas próprias normas e regras, característica da psicose. Essa separação do mundo real das relações étnico-raciais, na perspectiva branca, torna a pessoa negra (e suas múltiplas demandas) invisível. É como se o branco não tivesse interiorizado o princípio da castração da raça. O diferente é o outro. O sujeito da branquitude é construído acima das raças. Certamente, os efeitos da psicose cultural não constituem

conforme discutirei, sem inseri-la em contextos exteriores e anteriores que se atualizam quando ele diz: “no Brasil não tem racismo”. Quais as questões que o corpo marcado, não pela diferença sexual, mas pela diferença racial, traz para cena dos debates sobre os limites e interesses de explicações universalistas e universalizantes sobre constituição do sujeito? Se o corpo racializado apresenta-se no mundo com uma diferença abjeta, valeria perguntar: Como um modelo universal de estruturas psíquicas, fundado na diferença sexual, pode alcançar analiticamente os processos de subjetivação dessas corporeidades? Não será possível realizar esse debate sem puxarmos para o centro da discussão a família e o parentesco.

1. Racismo e psicanálise ou racismo na psicanálise

Os motivos que levam a psicanálise a não escutar o sofrimento psíquico provocado pelo racismo têm sido objeto crescente de debates. A escassa presença de psicanalistas negros/as no corpo profissional seria um dos motivos. Essa ausência fica “mais clara” nos eventos da área. Se há algum negro/negra presente, certamente deve ser servindo cafezinhos. Os negros e as negras não estão nos eventos, não comparecem como pacientes, não fazem formação psicanalítica. Pode-se explicar essas faltas pelo elevado custo da formação em psicanálise e dos altos preços das sessões. Contudo, se supõe que essas ausências não seriam razões para se retirar ou negar a validade do modelo explicativo oferecido pela psicanálise. Esses

exclusivamente as pessoas brancas, porque a branquitude como ideal de beleza, moralidade, inteligência atravessa as subjetividades negras. Cida Bento (2022) também irá acionar o arcabouço teórico da psicanálise para interpretar a recusa sistemática de empresas e prefeituras em contratar pessoas negras. Ela nomeará de pacto “narcísico da branquitude” a aliança baseada na raça branca, mas esse pacto é invisibilizado pelo discurso da meritocracia. Para Rosa Coutinho Schechte e Flavia Gaze Bonfim (2020), o conceito central será o “recalque”: “os analistas no Brasil não escaparam daquilo que toda análise procura desvelar para cada analisando – o recalque. Recalamos nossa história de longa tradição escravocrata, com seus efeitos psíquicos que se perpetuam com as práticas racistas no Brasil” (Schechter, Bonfim, 2020, p. 05). No entanto, para que haja recalque, é preciso ter o acontecimento que depois deve ser negado. Com o racismo no Brasil não existe esse momento. Não há esquecimento do aprendido porque não há o momento em que aprendemos que somos um país racista ou que o racismo nos constitui no mundo.

argumentos (preservar o cânone da psicanálise) retiram o debate do âmbito epistemológico e nos jogam nos braços da política. Ou seja, basta se propor iniciativas que tornem o acesso mais democrático, um tipo de cota racial nos consultórios e cursos de formação psicanalítica.

Um outro corpo textual dialogará diretamente com a psicanálise para interpretar dores e angústias das pessoas negras.⁴ Aqui, não nos movemos mais na esfera das críticas à ausência/presença negra na cena psicanalítica. A psicanálise é acionada, entre outros objetivos de pesquisa, como uma ferramenta analítica para interpretar o desejo reiterado de pessoas negras em serem aceitas e reconhecidas por pessoas brancas. O trabalho pioneiro de Neusa Santos Souza (1983) sobre a ascensão social de pessoas negras e a alienação que se observa na inserção no mundo dos/as brancos/as por negros/as pode ser posta em diálogo com o debate global iniciado pelo livro *Peles Negras, máscaras brancas*, (Fanon, 2008). Valendo-se do referencial psicanalítico, as pesquisas de Souza (1983),⁵ Nogueira (2017),⁶ Gonzalez (1984), Fanon (2008), Kilomba (2022) apontam porque o ideal de branquitude funciona como o referente moralmente superior e produtor de alienação reiterada da pessoa negra. Esse ideal de brancura, contudo, é inatingível e abre-se um campo fértil de sofrimento derivado das representações negativas, tornando-se imperativo que o espaço terapêutico

- 4 Embora haja uma produção consistente de psicanalistas negros/as no Brasil com análises consistentes para a relação entre racismo e psicanálise, apenas em 2017 foi publicada uma coletânea sobre o tema. Ver: Kon, Silva e Abdul (2017).
- 5 O livro de Neusa Santos Souza, *Tornar-se Negro* (1983), faz uma análise de negros que ascendem socialmente e que se afastam dos seus núcleos sociais originários. Esse processo de alienação da pessoa negra já era apontado por Fanon (2008). O ideal regulatório do desejo é ser reconhecido como branco mediante o sucesso econômico, a incorporação de determinadas etiquetas e o uso de adereços que fariam a marca da cor desaparecer.
- 6 Para Nogueira (1998), o racismo atravessará o psiquismo do negro e irá trazer para o centro do seu desejo o tornar-se branco. Outra vez o ideal de brancura aparece como força regulatória. A autora, a partir da análise de casos clínicos, apontará como esse ideal não é obra de um indivíduo, mas que responde a um projeto familiar, transmitido de geração a geração. Ainda segundo Nogueira (1998), o significante “cor negra” estrutura o inconsciente da pessoa negra. Ainda que se tenha consciência do racismo, os recursos para se lidar com os sofrimentos oriundos das humilhações escapam à agência do sujeito porque se está diante de dimensões históricas, políticas, sociais que escapam à vontade e à consciência do sujeito.

reconheça esse sofrimento e construa caminhos de escuta que contribuam para o paciente significar suas dores.

Nesses textos, há um movimento interessante: por um lado, aciona-se o arcabouço teórico da psicanálise e simultaneamente se aponta o escasso lugar que a raça ocupa nesse mesmo arcabouço. A dimensão racial comparece na organização subjetiva e nas estruturas psíquicas, contudo, a ortodoxia psicanalítica nega-se a considerar o racismo como um conjunto de práticas e discursos violentos produtores de sofrimentos. Quando se busca ajuda para uma escuta especializada, o/a psicanalista, acometido/a pela psicose cultural, desconsidera essa queixa, porque seria na relação sexualidade/família que estariam as explicações para quem somos. Talvez já tenha passado da hora de rupturas mais efetivas e produtivas dentro do campo psicanalítico que se aproximem de abordagens decoloniais, sob o risco desse saber continuar sendo identificado com a ordem produtora de discursos que legitimam as opressões, conforme tentarei discutir. Um saber forjado em contexto colonial não pode ser considerado blindado às “poluições” do mundo exterior. É esse enquadramento exterior às teorias que oferece as condições para que elas sejam formuladas.

Na contramão da ortodoxia psicanalítica, é crescente a produção de pesquisas que se dedicam a vincular as humilhações cotidianas motivadas pelo racismo.⁷ E a surdez do psicanalista é efeito da negação da existência do racismo, conforme apontou Maria Lúcia da Silva (2017), tornando-se ele mesmo parte estruturante desse racismo. Ou seja, atuam sob a égide da psicose cultural. As múltiplas críticas à psicanálise apontam para uma disputa interna nesse campo e que também podem ser lidas como reconhecimento da importância de um saber que busca contribuir para que o sujeito entenda os processos obscuros que habitam seu inconsciente e que,

7 Há uma considerável bibliografia sobre racismo e seus efeitos subjetivos. Sugiro a consulta de Maria Lúcia da Silva (2004; 2017), Roberto Rodrigues (2020), Andréa Maris Campos Guerra (2020), Fábio Belo (2018), Rosane Borges (2017), Jurandir Freire Costa (2003; 2021), Noemi Moritz Kon (2017), Cristine Curi Abud (2017), Kabengele Munanga (2017), Defensoria Pública (2020), Izildinha Baptista Nogueira (2017), Lélia Gonzalez (2018), Neusa Santos Souza (1983), Grada Kilomba (2022).

através do discurso, possa contribuir para que sentidos sejam conferidos para dores ininteligíveis.⁸

Mas se há a recusa da psicanálise em permitir a entrada das estruturas racistas (e da categoria raça) em seu mapa de escuta, tenho como hipótese que há outra recusa, anterior a essa, não dita, não elaborada pela psicanálise. Uma das heranças da escravidão é a negação sistemática de reconhecer às pessoas negras a possibilidade de constituição de vínculos duradouros (como a maternidade) no âmbito familiar e, como efeito dessa negação, o não reconhecimento da possibilidade de as pessoas negras constituírem famílias funcionais. O local escolhido para a psicanálise produzir suas teorias e conceitos foi a família nuclear cristã europeia.⁹ Essa leitura segue com prestígio, tanto no mundo da academia quanto na esfera da política. Então, o lugar reservado nessa estrutura teórica para a população negra seria o da psicose,¹⁰ mas não uma psicose localizável no sujeito negro que entra no consultório psicanalítico. Ao contrário da clínica voltada para

- 8 Ao identificar uma disputa interna à psicanálise em torno da categoria raça, me aproximo da teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu (1996). As noções de ortodoxia e heterodoxia nos ajudam a observar as posições de poder (ou capital intelectual) que cada posição ocupa no interior do campo.
- 9 Embora o eixo temático do presente artigo esteja na relação entre psicanálise e racismo, é importante destacar que as Ciências Sociais e a História são saberes que reiteradamente contribuíram para a representação da população negra como instância incapaz de organizar famílias devido ao caráter promíscuo e desregrado de suas organizações parentais (Slenes, 1999; Bento, 2022). Essa observação é fundamental para contextualizar as discussões que irei apresentar. As críticas ao racismo estruturante da psicanálise devem ser compreendidas como uma parte de uma configuração discursiva (Foucault, 2003) que define os marcos dos seus achados. Os psicóticos (aqueles que não interiorizaram a lei, a interdição) da psicanálise guardam consideráveis níveis de proximidade com os disfuncionais da sociologia funcional (Hita, 2005), os anormais e patológicos (Durkheim, 2007), os degenerados (Roméro, 1988) e os bandidos para o Estado.
- 10 A psicose é provocada pela foraclusão do nome-do-pai e refere-se aos processos de não interiorização da lei, ou da ordem simbólica, pela criança. A psicose cultural, conforme aponteï na nota de rodapé 6, não se produz exclusivamente no âmbito da família. A força do discurso que nega o racismo opera como uma lei regulatória ancorada e ancoradora de todas as instituições sociais e se consubstancia como discurso oficial do Estado brasileiro que, reiterado, é anunciado por autoridades legais. Em 2020, o vice-presidente Hamilton Mourão repetiu enfaticamente que “racismo é coisa que querem importar para o Brasil”, para negar que o assassinado de João Alberto Freitas, 40 anos, espancado e morto por seguranças no RS, que tinha alguma conexão com a cor da pele (Portal G1, 2020).

as individualidades e singularidades, ou seja, para a análise de como cada sujeito irá relacionar-se com sua biografia, com as pessoas negras, essa diferença desaparece e emerge a população, tornando a psicanálise incapaz de contribuir com essas reflexões porque, para o cânone psicanalítico, não há nada para se falar sobre a experiência do racismo e da raça, uma vez que são dimensões que não contam para definir como nos inscrevemos no campo da cultura, da lei, das normas, do simbólico. Se em outros saberes o racismo é dito, explicitado, na psicose cultural,¹¹ que os psicanalistas contribuem com seu lugar de poder, o silêncio torna-se o texto que precisamos decifrar. Essa recusa deve ser lida como um sintoma de uma estrutura teórica que exclui não uma pessoa, mas uma população que se encontra na esfera pré-ontológica.

A inexistência da categoria raça no escopo teórico da psicanálise repositiva o debate apresentado inicialmente sobre a ausência de negros/as e da falta de escuta para questões vinculadas ao racismo. Tentarei apontar que, ainda que tenhamos a democratização racial na cena psicanalítica, não há garantias de que as questões raciais sejam valorizadas, pois o núcleo duro da elaboração do saber psicanalítico apoia-se na relação sujeito/sexualidade/família.

Quando uma pessoa entra no consultório, ela traz para a cena a sua família. Mas se não existe família, nos moldes do cânone psicanalítico, como se constitui o sujeito, como se produz o ser singular? A psicose é o

11 Seria possível acionar inúmeras situações no cotidiano em que a psicose cultural comparece como estruturante das cenas. A análise dos debates do Brasil sobre os que eram a favor e os contrários às cotas para pessoas negras nas universidades nos oferece um rico e farto material para análise. Uma das retóricas recorrentes dos que se posicionavam contrários às cotas foi a artificialidade do argumento do racismo entre nós, sendo, antes, uma importação do contexto estadunidense. Também podemos observar a psicose cultural operando nos resultados da pesquisa que a Datafolha realizou para racismo. Quase noventa por cento das pessoas que responderam à pesquisa concordam que existe racismo no país (89%), contra 10% que admitiram terem discriminado. Em perguntas indiretas envolvendo situações racistas, 87% foram manifestamente racistas (Turra & Venturi, 1995). Já se passaram quase três décadas da divulgação dos resultados da pesquisa, mas a sua atualidade pode ser conferida nos debates sobre as cotas, que trouxe outras camadas discursivas, entre elas, o da meritocracia como um critério definidor de quem pode acessar as universidades públicas e, mais uma vez, a negação da existência do racismo.

único lugar reservado para pensar os arranjos familiares diversos, as mudanças e as rupturas com as estruturas tradicionais de poder e família. São as definições psicanalíticas de uma estrutura psicótica que estou acionando como um recurso interpretativo para as negações reiteradas da existência de racismo e que estou nomeando de psicose cultural. Aproximo-me do conceito para, logo depois, afastar-me. No âmbito da psicose como característica de estruturas individuais, me distancio. Onde os psicanalistas veem desajuste, déficit, recusa às normas, eu vejo potência de vida e desejo de transformação. Mas como fazer para que o psicanalista da cena inicial saia do seu surto psicótico cultural? A “cura” dele é a mesma para todos nós: reconstruir uma memória coletiva em que a dimensão da raça seja considerada não apenas como um dado, mas como uma linguagem que estrutura nossos inconscientes,¹² o que significa “poluir” o inconsciente pelas condições históricas e por relações de poder.¹³ Para se superar a raça, não há outro caminho que não seja passando por ela.

2. O que falta na cena psicanalítica?

Na teoria psicanalítica, todos/as temos de passar por processos de castração e interiorização das leis para nos tornarmos sujeitos singulares. Por que essa universidade teórica não se apresenta nos consultórios em corpos negros? Pode-se argumentar que não se trata de negar a importância da raça, mas de reconhecer que todos/as temos de percorrer os

- 12 Se para Jacques Lacan (1985) o inconsciente é estruturado como linguagem (“O inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem ... E não somente o significante desempenha ali um papel tão grande quanto o significado, mas ele desempenha ali o papel fundamental. O que com efeito caracteriza a linguagem é o sistema do significante como tal” (1985, p. 139), devemos pensar quais os significantes que são valorizados e transmitidos para a criança. Não apenas a diferença sexual, mas a raça está presente em nossas formações primeiras como sujeitos no mundo.
- 13 A filósofa Judith Butler tem uma longa discussão sobre a necessidade de historicizar o inconsciente mediante uma antologia social. Esse debate é especialmente acirrado em relação à posição do campo lacaniano francês, que se posicionou publicamente contrário ao Pacto Civil de Solidariedade entre pessoas do mesmo sexo, principalmente na recusa sistemática de admitir o direito desses casais em adotar crianças (Butler, 2006; 2008).

caminhos que nos levam à separação da mãe e que irão nos cindir dessa relação primordial que demandará um longo trabalho de elaboração por cada um de nós. Teremos de nos confrontar, ao longo de nossas existências, com esse momento da separação que produzirá as singularidades fundadas na diferença sexual como referencial primordial. Para que o segundo corte do cordão umbilical seja efetivado, é imprescindível que haja um terceiro termo exterior à relação de simbiose mãe/filho-a. O elemento que propiciaria o segundo corte do cordão umbilical entre mãe-filho/filha seria o pai, ou alguém que ocuparia esse papel.¹⁴ A universalidade da presença do terceiro termo para permitir que a criança se reconheça como separada e diferenciada da mãe e do pai seria uma lei de caráter universal. E se não existir o terceiro termo?

Pode-se, talvez, sugerir que a raça entraria em outro momento da vida em que a diferença fundante do sujeito, a sexual (primeiro passo rumo à entrada no simbólico), já estaria estabelecida.¹⁵ Essa conclusão mantém intactos os fundamentos da psicanálise que, por um lado, negam a centralidade da categoria raça para se pensar a constituição do sujeito e, em linha de continuidade, nos levam a concluir pelo não reconhecimento das famílias negras que trazem no seu interior a herança da escravidão. Não é possível pensar as estruturas parentais que organizam a vida na sociedade sem referência às formas díspares de organização do parentesco e dos mecanismos de reprodução sexual que atravessam toda a história do Brasil e em que se repetem contextos marcados pela escravidão.

A ortodoxia afirma que a família se torna um arranjo disfuncional quando há a ausência (ou um déficit) da presença paterna e os seres que sairão desse contexto padecerão de profundas crises subjetivas. Não seria, ao contrário, um déficit da psicanálise que não tem instrumentos

14 Não é o objetivo deste artigo fazer uma diferenciação entre as escolas freudiana e lacaniana, mas, principalmente, apontar pontos de unidade que articulam o dispositivo psicanalítico.

15 Eu uso a expressão “pode-se sugerir” como um recurso retórico para lidar com o silêncio da psicanálise em relação à raça. Se nas Ciências Sociais e História há uma abundância de textos de caráter racista, na teoria psicanalítica a raça não comparece.

teóricos suficientes para interpretar as crises,¹⁶ conforme apontaram Triska e D'Agord (2018), uma vez que “toma Édipo como mito universal, quando numa situação clínica onde falha a eficácia interpretativa do mito edípico, deve atribuir esse fracasso a algum déficit da cultura e seus sujeitos?” (2018, p. 5). Mas como pensar em déficit da figura paterna em um contexto histórico em que, por quase 400 anos, a única referência de vínculo precário da criança era com a mãe?

Na cena psicanalítica, um sujeito relata e outro escuta. Quais são os filtros conscientes utilizados por psicanalistas, aqueles aprendidos por anos de formação? O que não é escutado seria uma surdez também provocada por anos de formação? Como o inconsciente do psicanalista é formado? Quais são os filtros inconscientes oriundos da psicose cultural e que opera na cena do encontro? Quais são as ferramentas analíticas disponíveis para escutar sujeitos negros e oriundos de famílias negras? Mas o que é a família negra? Conforme aponte, embora haja importantes reflexões sobre a relação entre psicanálise e racismo, talvez seja necessário dar um passo atrás e nos perguntarmos sobre o lugar que a família negra ocupa na história brasileira, ou: Como essa história informa e prepara a escuta dos/as psicanalistas?

Essas perguntas desdobram-se em outras questões que podem parecer estranhas à psicanálise: eu disse “família negra” e não utilizei o significante universal “família”. Trouxe uma marca e daí deriva-se outra pergunta: qual a família da psicanálise? O segundo ruído está em “história brasileira”. Teria sentido “poluir” a psicanálise com a história?¹⁷ Se eu o faço, não estaria

16 É interessante observar como há uma produção de psicanalistas que tentam trazer novos debates para o interior do campo por considerar que há novas formas de sofrimentos e novos arranjos subjetivos, a exemplo do trabalho de Dunker (2015). Certamente, produzir novas teorias sobre as formas de sofrer não previstas nas teses ortodoxas da psicanálise é fundamental e as empurra para os braços da história e das relações sociais e, o que implica não se contentar em dar a mesma resposta (déficit da figura paterna) para conflitos distintos. E os “velhos” sofrimentos que seguem sendo expulsos do divã e com eles os pacientes, a exemplo do racismo?

17 O debate sobre a falsa pretensão universalista da psicanálise tem como marco o livro do antropólogo Bronislaw Malinowski (1982). O antropólogo não encontrou, na vida sexual dos trobriandeses, nenhum indicador que o autorizasse a afirmar que o complexo de Édipo estava operando para produzir a diferenciação e separação do filho da

tirando a força do método que apresenta leituras regulares para a formação dos sujeitos a partir da primazia da relação diferença sexual/família?

Se a formação da estrutura psíquica está atrelada ao contexto familiar, principalmente à interiorização do princípio da castração (Roudinesco; Plon, 1995), como se formam sujeitos sem a existência desse contexto, a exemplo do que se passou durante a escravidão? A teoria psicanalítica tem como pressuposto que existe um campo visual no qual a criança vê o órgão sexual feminino. Todo o processo de angústias das crianças está ancorado

mãe, ou que se poderia pensar as estruturas psíquicas daquele povo a partir da universalidade da castração. As estruturas de parentesco negavam que o complexo de Édipo seria uma experiência humana que se apresentaria sempre da mesma forma, em todas as épocas e lugares. A pesquisa do antropólogo concluiu pelo caráter não universal dos achados freudianos que estão vinculados a contextos familiares patriarcais e da cultura da moral sexual repressiva, vigentes no momento histórico em que Freud escreveu. Na família patriarcal, o imago do pai concentra a função de repressão e de sublimação. Nas famílias matrilineares trobriandesas, as funções de repressão e de sublimação são compartilhadas entre o pai e o tio materno. A ausência do pai como figura central, que ocuparia o lugar interdição, tem como efeito uma estrutura de psiquismo caracterizado pela ausência de neuroses.

O debate seguiu com Marie-Cecile Ortigues e Edmond Ortigues (1989), no decorrer dos anos de 1962-1966, que utilizaram como fundamento de suas considerações suas experiências na prática psicanalítica em sociedades matrilineares (etnias *wolof*, *lébou* e *sereri*), em um hospital de Dakar (Ortigues; Ortigues, 1989, p. 282). Em defesa da universalidade do complexo de Édipo, Georges Devereux afirmou que nenhum dado etnográfico pôde demonstrar, até hoje, que as proposições psicanalíticas não são universais. No seu entender, a utilização de dados etnográficos para invalidar certos aspectos da teoria psicanalítica, "... a ausência – em nível consciente e sob uma forma culturalmente estabelecida – de um fenômeno que no julgamento dos psicanalistas tem caráter universal exige unicamente a análise dos processos psicodinâmicos que determinam a repressão desse fator ou fenômeno" (Devereux, 1972, p. 69). Franz Fanon (2008) recupera a discussão da universalidade do complexo de Édipo vinculando-a à questão racial, aproximação pioneira: "Alguém poderia nos contestar, com Malinowski, afirmando que o único responsável por esta inexistência é o regime patriarcal. Mas, além de perguntar se os etnólogos, imbuídos dos complexos de sua civilização, não se esforçaram em encontrar a reprodução desses complexos nos povos por eles estudados, seria fácil demonstrar que, nas Antilhas Francesas, 97% das famílias são incapazes de produzir uma neurose edípica. Incapacidade da qual nos felicitamos enormemente" (2008, pp. 134-135). Para ele, "Muito se falou da aplicação da psicanálise ao preto. Desconfiando do uso que dela poderia ser feito, preferimos intitular este capítulo: "O preto e a psicopatologia", uma vez que, nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung em suas pesquisas pensaram nos negros. No que bem tinham razão. As pessoas esquecem constantemente que a neurose não é constitutiva da realidade humana. Quer queira quer não, o complexo de Édipo longe está de surgir entre os negros" (2008, pp. 134-135).

inicialmente nessa visualização. Os meninos concluem que a mãe tinha o que eles têm e que perdeu. Essa falta é interpretada pelo menino como resultado de uma punição. Desta forma, “agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria” (Freud, 1989a/1923, p. 182). Para as meninas, a castração põe em relevo o que não é fácil de ser aceito por ela que irá culpar a mãe e se sentir inferiorizada. Além das meninas, responsabilizam a própria mãe pela falta de pênis, irão atribuir à mãe a responsabilidade por essa desvantagem em relação aos não castrados, levando-a a aproximar-se do pai. Tanto no complexo de castração do menino e da menina e na instauração pela psicanálise do pênis como referente universal,¹⁸ a mãe ocupa o papel central, até o momento em que o menino se separa da mãe pelo medo e a menina pelo ódio. De qualquer forma, o momento de separação da mãe é, em ambos, o acontecimento principal do complexo de castração. E a condição anterior para que o complexo de castração se efetive é 1) ter uma mulher identificável como mãe; 2) acessar visualmente o sexo da mãe. E se essas duas condições não se efetivarem?

A referência ao complexo de Édipo em Jacques Lacan é acrescida por uma ordem simbólica, resultado da intervenção do pai, “não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência do nome do pai” (Lacan, 1988, p. 114). A não instauração da função paterna faz com que não seja possível para a criança a organização de sua rede de significantes centrada em um ponto de referência exterior, mas se encontra no próprio “eu psicótico”. Para que a realidade seja acessada, “para que o sentimento da realidade seja um justo guia, para que a realidade não seja o que ela é na psicose, é preciso que o complexo de Édipo tenha sido vivido” (Lacan, 1988, p. 226).

18 Para muitos psicanalistas, uma das grandes contribuições de Lacan foi deslocar a ideia do significante “falo” de referências biológicas ou anatômicas, diferenciando-se de Freud, para quem o complexo de Édipo estava vinculado à percepção da ausência/presença do pênis. Em Lacan, a função do falo estaria deslocada desse referente empírico. Há, no entanto, desconfianças (com destaque para as reflexões de Butler (1993)) de que essa teoria não conseguiu deslocar-se da estrutura binária dimórfica, sendo, antes, recurso retórico para chegar às mesmas conclusões de que há um destino para a formação das masculinidades e feminilidades.

Na constituição do psicótico, o desenvolvimento do complexo de castração caracteriza-se exatamente pela falta da inscrição da experiência da castração. No processo de constituição psíquica, a não interiorização da representação de uma lei (no caso, a lei paterna) é o que Lacan denomina de foracclusão. A realidade aí criada é incontestavelmente verdadeira e certa. A rejeição de um significante fundamental faz com que este retorne sob forma de uma alucinação no real do sujeito. A ausência do significante do Nome-do-Pai, que se constitui como o operador simbólico do complexo de Édipo, terá como efeito a relação do sujeito psicótico com sua realidade, marcada por uma ruptura e uma “existência” pré-ontológica. Mas, afinal, por que algumas pessoas se tornam psicóticas? O que faltou para se operar a entrada no simbólico? Certamente, não são estruturas biológicas que predisõem as crianças para determinadas estruturas psíquicas, mas condições e relações exteriores a elas mesmas. A ausência de uma família heterossexual seria uma dessas condições para emergência de estruturas psicóticas?

Outra vez, pergunto: se esses pressupostos que sustentam a teoria não se efetivam? Se a “pulsão do saber” (Freud, 1989b/1908, p. 216) da criança (principalmente a referente sobre a origem dos bebês) não tiver as condições necessárias (a existência de uma família) para se instalar? Caso a criança ou a mãe, no contexto da escravidão, fosse vendida antes de chegar o momento em que as dúvidas sobre ausência/presença de determinada genitália se instauram (entre 3 e 5 anos), como ela entraria na ordem simbólica? Como reinscrever a produção ou constituição do sujeito quando são outros os termos que estruturam a cena de produção do “eu”?¹⁹

19 É interessante observar como a figura do escravo apresenta-se como um recurso reiterado nos textos de pensadores europeus do século 19 e que seguiu ao longo do século 20. O capítulo “Dialética do senhor e do escravo” (Hegel, 1992) tornou-se uma referência para se pensar a produção dialética da consciência como resultado da relação do “eu” com outro. Quando pergunto a pesquisadores/as sobre o porquê da ausência de reflexões que privilegiem as condições existenciais e materiais das pessoas escravizadas, uma resposta recorrente é que se deve ler a relação entre escravo/senhor como uma metáfora. Eu nunca cheguei a entender muito bem essa negação de se aproximar da realidade da vida das pessoas escravizadas e a escolha por trazê-los para a teoria como “metáfora”. Textos da Sociologia e Antropologia irão privilegiar a figura do selvagem, personagem que guarda parentesco próximo ao do escravo.

A estrutura analítica fundamentada na triangulação (pai-mãe-filho) pode conduzir à ampliação do raio de “foraclusão”. Não se trata de estruturas psíquicas que negam o simbólico, mas, ao contrário, como a vinculação e a determinação da produção do sujeito em enquadramentos familísticos terminam por reiterar a abjeção de corpos que habitam estruturas sociais que não são reconhecidas como família. E aqui está o motivo pelo qual a psicanálise não tem interesse pela questão da raça. A raça remete à população negra, que tem sua existência atrelada à condição de pessoas escravizadas. O que a psicanálise tem a dizer sobre uma população que não se constitui no contexto familiar? A abjeção não se restringe ao negro, mas à (não) família negra, porque foi a ausência de condições exteriores à criança que não a permitiram fazer as passagens necessárias para se perceber como castrada. É impossível, portanto, pensar a produção do sujeito sem fazer referência ao mundo exterior que irá lhe constituir. Essa exterioridade é múltipla e o que seria considerado para psicanálise como estruturas que não favorecem essas passagens, e que o resultado, na foraclusão, deve ser invertido: a foraclusão como conceito que pode nos ajudar a entender o que leva a psicanálise (e de outros saberes, a exemplo das Ciências Sociais) a não levar em consideração outras possibilidades para produção dos sujeitos.

Politizar os conceitos de foraclusão/abjeção significa entender como eles têm sido acionados pelos saberes estabelecidos para patologizar não exclusivamente indivíduos, mas populações. A ausência não é de pessoas negras, mas da categoria raça na construção teórica da psicanálise. Portanto, ainda que haja a democratização do acesso à psicanálise de pessoas negras (seja como psicanalista e/ou pacientes), se a raça não for habilitada como uma categoria que opera na formação dos nossos inconscientes, a psicanálise seguirá sendo um campo do saber que contribui para a reprodução da psicose cultural.

A ortodoxia psicanalítica tem sido um dos saberes fundamentais para seguir reproduzindo que é necessária uma estrutura de família triangular para que se admita a produção do sujeito.²⁰ O que a psicanálise chama

20 Durante décadas ativismos gays e lésbicas organizaram lutas pela despatologização de suas identidades sexuais. A família heterossexual foi a norma mediante a qual todas

de foraclusão ou terreno para produção de estruturas psíquicas psicóticas, eu sugiro que é nesse espaço que habita o desejo de transformação que não consegue encontrar no mundo da linguagem significantes disponíveis para produção de sentido. A psicose é o único espaço reservado na psicanálise para a resistência, a desobediência. A psicose cultural, ao contrário, se fundamenta na negação da realidade, mediante o não reconhecimento de que há corporalidades e subjetividades que estão fora da matriz de inteligibilidade humana. Ao propor essa inversão (foraclusão como lugar do novo), identifico esses saberes hegemônicos como dispositivos que sustentam o continuado projeto de Nação que considera como disfuncional, patológico ou anormal famílias sem a presença do pai. Que tipo de gente sairia daí? É interessante observar como a figura do bandido (o fora da lei estatal) apresenta linhas de continuidade com psicótico (fora da lei simbólica). Ambos são fruto de estruturas familiares desajustadas. Se padecemos de patriarcado sem pai, devido à autorização social dada aos homens para abandonarem seus/suas filhos/filhas, talvez tenhamos que propor novos construtos que reposicionem o lugar da mãe como duplo, fazendo desaparecer o credo psicanalítico que o terceiro termo (mesmo que não seja encarnado na figura do pai biológico) seja um imperativo. Mas se o mandato da teoria não se

as outras formas de arranjos conjugais e famílias eram consideradas como anormais. Após a despatologização e despsiquiatrização, um novo front de luta foi organizado e outra vez a psicanálise estava lá, ao lado da norma heterossexual. A união civil de pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de adoção de crianças reabriram as portas dos defensores da suposta saúde mental das crianças, assentada na existência de uma família funcional (ou seja, heterossexual). O déficit da presença paterna (ou mesmo sua inexistência) produziria filhos e filhas com grande propensão à psicose. Ainda que a noção de “função paterna” lacianiana sugira um deslocamento da estrutura biológica para a noção de papéis, mesmo assim, psicanalistas lacianianos não se intimidaram em ocupar espaços públicos e clamar contra a adoção das crianças por casais homossexuais. Nos anos de 1990, foi a vez de as pessoas trans desencadearem lutas pelo direito à identidade de gênero e pela retirada de suas existências dos manuais de Código de Doenças Mundial (DSM) e do Manual Diagnóstico Estatístico de Saúde Mental (DSM). Outra vez, a psicanálise afirmou que a demanda das pessoas trans constituía sintomas de estruturas psíquicas psicóticas (Bento, 2017; Butler, 2006). Nesses dois momentos de luta, nos movemos por demandas que tencionam os construtos da psicanálise no âmbito da diferença sexual e de gênero. A luta por reconhecimento dos dissidentes sexuais e de gênero explicitou o lugar que a psicanálise, saber fundado no imperativo da diferença sexual, desempenhava como aliada da norma e do projeto populacional do Estado-nação.

efetiva no mundo da vida, se não encontramos o terceiro termo, onde está o problema? Um psicanalista dirá: “procure bem que você vai encontrar alguém fazendo a função paterna. Não tem como fugir ao Nome-do-Pai”. Ou seja, a teoria não erra jamais. Nas sociedades marcadas historicamente pela escravidão, é necessário reposicionar o lugar da mãe, com profundas linhas de continuidade no presente.

A figura do abjeto encontra-se com o psicótico. Ele, que nada sabe da lei, não consegue simbolizar o real e escapou às estruturas culturais. Não apenas a pessoa negra, mas toda sua família vive sob o signo do abjeto, e quando ele/ela entra na clínica, seu corpo reatualiza a negação do reconhecimento de sua condição de sujeito, não apenas por ele/ela ser negro/a, mas, antes de tudo, porque família e negra são termos estranhos para habitarem a mesma sentença. Quando eu apresentei essas ideias em um seminário para psicanalistas, escutei: “de fato, não discutimos a questão da raça e agora me dou conta [de] que nos meus 25 anos de clínica na zona do Rio de Janeiro, jamais tive um paciente negro”. Ao estranhamento dele, eu balancei a cabeça e pensei: como é possível que em 25 anos ele não tenha observado essa ausência?

3. O leite, o vínculo, o corte

No seu diário de viagens ao Brasil no período de 1823-25, Maria Graham relata:

Perto da casa há dois ou três depósitos de escravos, todos moços. Em um vi uma criança de cerca de dois anos. As provisões estão agora tão raras que nenhum bocado de alimentação animal tempera a massa de farinha de mandioca, que é o sustento dos escravos, e mesmo isso estas pobres crianças, com seus ossos salientes e faces cavadas, revelam que eles raramente recebem o suficiente. (Graham, 2021, pp. 121-122)

Quem era aquela criança de dois anos que seria vendida? Quem cuidou dela? Ela não conseguiu se tornar sujeito? Estaria condenada a

perambular pelo mundo carregando seu destino psicótico? Mas isso foi no contexto da escravidão. Pergunto: como as milhares de crianças que estão nos centros de adoção interiorizam a castração?

Uma passagem pinçada da pesquisa de Lorena Telles:

Um anúncio de jornal de 2 de dezembro de 1830. Uma menina crioula de 13 anos de idade foi posta à venda. Descrita pelo vocabulário senhorial como prendada nos trabalhos internos da casa – “cose, engoma, lava, cozinha, corta vestidos por molde”, sabendo “vestir, e pregar uma Sra.” –, a menina, de “agradável presença”, estava grávida de quatro a cinco meses. A crioula, aos 13 anos, carregava ao colo um “pardinho de 1 ano”, possivelmente filho do senhor, que o colocava à venda junto à jovem mãe. (2018, p. 87)

O pai-senhor certamente faria parte de uma estrutura familiar tradicional, reconhecido pela psicanálise e pelos deputados federais brasileiros presentes na sessão de 1871 que discutiu o destino dos/as filhos/as das mulheres escravizadas. Quem era essa criança de 13 anos? E seu filho? E o filho que estava esperando? Uso a palavra “filho” por não encontrar outra, mas o vínculo dos dois (mãe-filho) estava desde sempre comprometido. A maternidade, para mulheres escravizadas, era impossível, jogando-as para fora da categoria gênero.

Evaristo de Moraes diz que “Uma das maiores abominações do cativo consistia na possibilidade de vender o pai – “senhor” os escravos-filhos, havidos do concubinato com as suas próprias escravas.²¹ Era, entretanto, frequente essa prática inqualificável” (citado por Gorender, 1980, p. 341).

21 “Concubinato” produz a enganosa interpretação de que havia, de fato, consenso das mulheres negras escravizadas nas relações com os senhores. Essa narrativa está articulada com a defesa de que a miscigenação foi resultado do encontro das três raças, como se a cena do “encontro” fosse resultado da vontade dos sujeitos que a constituíam. O acesso ilimitado aos corpos das mulheres negras escravizadas pelos senhores era determinado pela norma do senhor e legalmente respaldado. O concubinato, ao contrário, é atravessado por normas de regulação interna. A relação senhor/escrava, no entanto, era da ordem da posse e propriedade absoluta da vida da mulher negra escravizada. São passagens “sutis” como essas que foram sedimentando historicamente a noção de que havia relacionamento e autorização entre senhor/escravizada.

Cada lar brasileiro, até 1888, era potencialmente um centro de tortura e um criadouro de gente. Seriam as referências de família e sujeito que orientam a origem eurocentrada da psicanálise eficazes para interpretar esses (não) vínculos e, ao mesmo tempo, nos ajudar a compreender como as pessoas escravizadas inventam formas alternativas de arranjos e vínculos sociais invisibilizados?

Comecei apontando que há importantes reflexões sobre a relação entre racismo/psicanálise. A recusa em escutar as dores das pessoas negras tendo como uma de suas fontes o racismo deve ser analisado como algo anterior e estruturante dessa surdez: a negação da existência de determinadas organizações de parentesco com singularidades estranhas ao ouvido do/da psicanalista. O modelo de família que estruturou (e segue estruturando) o Estado-nação não é o mesmo da psicanálise?

3.1 O corte – um conto

Anastácia, seu novo senhor chegou! Pegue tuas coisas e tua cria, hora de partir.

Antes de cruzar a porta para a rua, a senhora vasculha os pertences de Anastácia. Toda sua vida estava naquela trouxa. Ela tentava acompanhar os passos rápidos do seu novo senhor, mas a trouxa, o filho no colo e peso da barriga a deixavam atrás da sombra do senhor. A cada passo, sentia que estava na hora de parir. Seus seios pesavam. O leite, sem aviso prévio, já começava a escorrer pelos trapos que cobriam seu corpo miúdo cuja idade ninguém sabia precisar. Talvez 13 anos. O senhor, com visível alegria, olhava com o rabo de olho o leite escorrendo, *Está quase na hora/Sim, senhor./Minha esposa também está quase nos dias./Sim, senhor.* Podia-se notar a alegria do novo senhor. Fizera uma ótima compra e o anúncio de venda fazia jus às qualidades da crioula que “cose, engoma, lava, cozinha, corta vestidos por molde ... sabe vestir, e pregar uma Sra. ... e tem agradável presença”.

Dias antes, Anastácia ouvira a conversa entre seus senhores, *Estamos com despesas extras, precisamos nos desfazer de alguma peça do nosso plantel.* Fizeram cálculos, avaliaram qual peça reunia as condições para

garantir um bom lucro. *Vamos vender Anastácia. Ela sabe cozinhar, passa roupa bem, e em alguns dias terá leite, muito leite.* O marido argumenta: *Lembra quando o moleque dela nasceu? Ganhamos um bom dinheiro com o aluguel dela ... leite abundante... É por isso que não podemos nos desfazer de Anastácia. É muito jovem, ainda vai parir outras crias e podemos seguir alugando-a por dias.* Com fúria no corpo, a senhora acusa: *Eu sei por que meu marido não quer desfazer-se dessa negrinha suja.../Outra vez com esse assunto, mulher?/Essa cria que ela traz na barriga pode te denunciar, marido. Todas as vizinhas irão descobrir que você cobre uma negrinha, que faz sujeiras com ela. Por sorte, a cria primeira puxou a pele escura da mãe. Você escapou, marido. Não vamos abusar da sorte duas vezes. E a gente aproveita e vende o moleque também, que por hora não tem serventia nenhuma, só leva despesa.* Anastácia, escutava o seu futuro ser jogado na sala de jantar. Sua entrada na sala não interrompeu a conversa, era uma criada muda. Pensava satisfeita que poderia ter a sorte de ser vendida para uma família boa.

Anastácia nasceu na senzala daquela casa. Até os dois anos, tentou acompanhar a mãe, segurando em suas canelas. Anastácia, a mãe, amamentava sua filha como um ato ilícito. Os fugidios momentos de contato corporal eram interrompidos pelos gritos da senhora para que ela voltasse o peito para o seu futuro senhor. Seria o senhor ou a senhora o terceiro termo? Quem interrompia o vínculo da Anastácia-mãe com a Anastácia-filha? O vínculo é quebrado para que a criança se perceba como diferente de sua mãe ou para introduzi-la no mundo da escravidão? A escravidão é mundo simbólico, é a lei? E se a criança não interiorizar sua condição de escravizada e negá-la ao longo de sua vida com todas as formas de resistência? Qual a diferença primordial irá lhe constituir no mundo? Que diferenciação está sendo produzida ali? Da diferença sexual ou da diferença entre senhora e escrava? Mas a Anastácia mãe foi vendida. Qual rosto ocupará esse lugar? Como Anastácia filha se tornará singular e fugirá da marca universal “escrava”? Como pensar o processo de formação do sujeito quando o senhor ocupa um duplo lugar? É pai e é senhor, mas não é pai porque esse nome não existe no vocabulário, não existe Nome-do-Pai, o que transforma esse suposto duplo em ficção. Ele é despótico, mas não é pai. Ele é pai para

os filhos feitos nas camas da casa-grande. A figura de senhor sobrepõe-se à do pai. E será como senhor que poderá dispor da vida da criança e da mãe²² e certamente sua esposa usufruirá dos dividendos da sua condição de mulher do senhor.

Anastácia mãe desapareceu. A filha não tem memória das feições da mãe. Toda sua memória é emprestada. Já nem sabe o que criou ou o que lhe foi doado, está tudo misturado na saudade sem rosto. Alguns dizem que sua mãe fora vendida grávida para um senhor que se hospedara na casa-grande. Outros, que ela fugiu. Anastácia, a mãe, não teve tempo de tecer os vínculos com a filha, de exercer autoridade materna. O cuidado da filha sempre foi compartilhado com as outras mulheres da senzala. Antes da filha aprender a andar, a mãe sumiu. Ela ficou ali, misturada entre outras crianças e nos braços sempre ocupados das mulheres da senzala. As mães desaparecem, e os filhos e filhas crescem sob olhar cuidadoso de outras mulheres negras escravizadas e do olhar calculista dos da casa-grande. Como no conto de Joãozinho e Maria, todos os dias há uma medição detalhada da evolução dos corpos miúdos. Um dia ela está na cozinha, misturada com os animais e tentando pegar alguma sobra que os senhores e senhoras deixam cair da mesa; no outro, na ponta dos pés, lava a louça. Aos sete anos, seus braços somaram-se aos de outros na colheita do café. E um dia acorda sob o peso do corpo do senhor sobre o seu.

Após uma caminhada de uma hora, o novo senhor aponta para um casarão e diz: *é lá*. A esposa estava na janela e acena para o marido. *Pronto, mulher, aí está a negrinha prenhe que te prometi*. Antes de Anastácia cruzar a porta, a nova senhora pergunta: *E o moleque?/Eu tive que trazê-lo. Fez parte da negociação./Eu não o quero, não. Mais uma boca e ela não vai fazer*

22 José do Patrocínio (Farias, 2019) e Luiz Gama (Magui, 2021) foram filhos de mulheres negras escravizadas e seus “pais” eram homens brancos donos de suas mães. A condição da mãe definia o status dos filhos. Luiz Gama foi vendido por seu “pai-senhor” e José do Patrocínio foi viver no Rio de Janeiro, separando-se de sua mãe, aos 14 anos. Cito esses dois casos para reafirmar que a famosa “miscigenação” propalada como uma marca definidora da singularidade da civilização brasileira (Freyre, 2003; Prado Junior, 1976) tornou-se uma narrativa oficial que tem como objetivo negar a violência continuada dessas “relações”. Para uma discussão sobre miscigenação e suas ressignificações, ver: Pinho (2004), Schwarcz (1995), Corrêa (2001).

as tarefas da casa com esse moleque no pé dela./Amanhã a gente vê isso. Com a cabeça baixa, sem levantar os olhos, Anastácia implora, deixe o menino comigo. Ele não chora, é quietinho e já, já estará trabalhando. A senhora, sem qualquer reação às súplicas de Anastácia, Está bem, marido, amanhã vamos resolver isso.

Anastácia estica seu corpo pesado e cansado sobre a esteira. Faz uma prece aos santos e santas católicos, *Deixem meu filho comigo*. Adormece.

Perdemos Anastácia de vista. Parece que seu filho recém-nascido foi entregue à roda dos enjeitados. Do filho mais velho tivemos notícias por uma estrangeira que escreveu em seu diário que viu uma criança que parecia ter 2 anos no mercado para ser vendida, com “ossos salientes e faces cavadas”.

4. Família negra e marginalidade

A cena de produção do sujeito, da emergência do “eu”, acontece no contexto familiar. E se a cena muda ou se ela não existe? Seria possível, ainda, pensarmos que há sujeitos? A família foi o lugar central das disputas no processo de formação do Estado-nação brasileiro. Ao longo dos debates no Congresso Nacional de 1871, era recorrente a afirmação da impossibilidade de pessoas escravizadas formarem famílias por sua condição de propriedade e, por outro lado, pela ausência de valores morais que qualificassem os “seres degenerados e promíscuos” (termos utilizados pelos parlamentares) oriundos do continente africano. A família cativa existia (Slenes, 1999), mas, certamente, com modos outros de organização interna, tanto pelas tradições de seus locais de origem, atrelados a outros mitos e cosmovisões apartados da tradição judaico-cristã, mas também por serem famílias formadas sob a autorização e controle dos/as senhores/as. A instituição que tem como função a produção da diferença sexual, nos termos freudianos, não era uma possibilidade para as pessoas negras escravizadas.

Vincular ou estabelecer uma relação de causa e consequência entre família heterossexual e obediência às normas segue operando com vigor

na distribuição de reconhecimento de famílias funcionais.²³ Essa relação causal é uma das teses centrais dos sociólogos funcionalistas. Para Talcott Parsons (citado por Hita, 2005), um dos fundadores dessa escola sociológica, a família conjugal, bem estruturada, era imprescindível para a socialização sadia das crianças. As noções de anomia e de patologia social são termos que se articulam para negar a possibilidade de outras formas de organização social e psíquica que não tivessem como fundamento a família nuclear heterossexual. E um dos caminhos para livrar a sociedade dos desajustados seria a eliminação antes de nascerem, porque, se são gerados em úteros de mulheres negras, pobres e sem maridos, estão dadas as condições necessárias para que o futuro das crianças já seja definido: são marginais, estarão condenados a viver fora da lei.²⁴

Se os parlamentares, naquele histórico 1871, negavam a possibilidade da família escrava pela instabilidade dos vínculos (uma vez que podiam ser vendidos) e pela dimensão moral (promiscuidade, lascívia etc.), essa defesa continua circulando entre nós e vemos emergir novas figuras discursivas que guardam relação com as dos parlamentares pela constância da raça como critério de proteção da vida ou de promoção da morte.

- 23 O ex-vice-presidente Hamilton Mourão somou-se às vozes dos que acreditam que, para os sujeitos se tornarem ajustados, precisam de famílias estruturadas pela tríade pai-filho/a-mãe. Segundo ele, “Família sempre foi o núcleo central. A partir do momento que a família é dissociada, surgem os problemas sociais que estamos vivendo e atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai nem avô, é mãe e avó. E por isso torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados e que tendem a ingressar em narco-quadrilhas que afetam nosso país” (Exame, 17 set. 2018).
- 24 O ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, defendeu a esterilização forçada de mulheres pobres. Essa seria a solução para acabar com a criminalidade. Segundo o ex-governador do Rio de Janeiro, “A outra, é um tema que, infelizmente, não se tem coragem de discutir. É o aborto. ... Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só” (Freire, A. (2007). Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. *GI*, p. 02. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>. Acesso em: 06 nov. 2021.

No mesmo período em que se discutia a Lei do Ventre Livre, entre maio e setembro de 1871, outro tema também ocupava as Ordens do Dia no Congresso Nacional: a questão da substituição da mão de obra escravizada, via a contratação de trabalhadores europeus. Para além da questão econômica que ganhou destaque nos estudos historiográficos, nota-se a preocupação fundamental com a moral. Não seria possível construir uma nação com sangue e valores dos africanos,²⁵ caracterizada pela escassa inexistência de senso de moralidade.²⁶ A preocupação com a substituição da mão de obra escravizada foi orientada por um projeto de branqueamento porque a moralidade estava condicionada à raça. Ao longo de todos os intensos debates, uma palavra não foi pronunciada: pai. Da análise que fiz dos Anais e dos jornais, a figura paterna, para se referir à reprodução entre as pessoas escravizadas, não é citada. Os filhos e as filhas que nasceriam das mulheres escravizadas seriam filhos e filhas da mãe, sem pai. É como se mulheres negras escravizadas tivessem uma estranha capacidade de gerarem vidas sozinhas.

Eu tento acionar o arsenal teórico da psicanálise para tentar compreender como as pessoas escravizadas se tornavam sujeitos. Tento encontrar

25 Destaca-se, na defesa dessa proposta, o Deputado Federal Perdígão Malheiros, político e escritor que usufruía de grande prestígio no Brasil na segunda metade do século 19. O deputado defende: “Houve já quem se lembrasse da introdução de negros livres. Basta, porém, o elemento que existe entre nós; fiquem eles na sua África, que bem precisa ... é outra raça que devemos preferir. Convém insistir na imigração da raça europeia ... É preciso, é mesmo de primeira necessidade garantir-lhe a família, base do estado social” (Malheiros, 1976, pp. 141-142).

26 O deputado federal Perdígão Malheiros se posicionou contrário à proposição do “ventre livre”. Para ele, a escravidão seria extinta naturalmente. “Ora, se assim marcha a questão a favor da extinção, pelo excesso sobre os nascimentos, provenientes da soma dos óbitos e alforrias, é evidente que sem outro processo, em 20 anos talvez a escravatura estaria extinta ... Tal é o processo a seguir. A morte por seu lado fazendo seu ofício, as alforrias por seu lado em aumento concorrendo para que o prazo se abrevie” (Annaes da Câmara dos Deputados, Tomo 3, p. 123). Os cálculos demográficos e a intencionalidade no fim da escravidão pela eliminação física da população escravizada abrem espaço para a reflexão sobre as fortes continuidades dessa proposta com as políticas de morte do Estado voltadas para a população negra. Essa discussão, no entanto, não é o objetivo deste artigo.

o terceiro termo que estrutura a “sagrada família” psicanalítica,²⁷ mas não o encontro. As pesquisas sobre as famílias formadas por pessoas escravizadas poderiam levar-me a relativizar a inexistência da castração e validar as cenas descritas pela psicanálise para explicar como nos tornamos o que somos. No entanto, mesmo nas famílias escravizadas, há outros termos que se combinam para deslocar a tríade. O funcionamento interno da família está condicionado aos desejos e mandos que vêm da casa-grande. A autoridade materna e paterna está fraturada pelo quarto termo, o dos/as senhores/as, tornando uma impossibilidade a cena de instauração do complexo de castração. As pessoas negras escravizadas e as heranças daí derivadas me levam a inferir que a psicanálise não oferece instrumentos analíticos que nos ajudem a pensar os mecanismos de produção do sujeito pelo marcador raça.

A ausência paterna transforma a “família” escravizada e, depois da abolição, a família negra, em um lugar sem regras, sem limites, signo reiterado da forclusão. Pode-se afirmar que o modelo explicativo pode ter algum nível de inteligibilidade quando referido à estrutura familiar livre, embora ali também a raça esteja operando na formação dos inconscientes. Conforme disse, as famílias escravizadas não podiam ter a mesma dinâmica das famílias livres. O nome do pai era oferecido, muitas vezes, pelo senhor. Mas o Édipo precisa se instaurar para a criança se mover para a cultura, interiorizar o tabu do incesto, entender-se como sujeito castrado e diferenciar-se da mãe, dirá o cânone psicanalítico. De que material era produzido o inconsciente de Anastácia?

As ferramentas analíticas da psicanálise são importantes para compreender como se formam sujeitos, mas não alcançam as pessoas negras, nem no escopo teórico, tampouco na presença corpórea na cena psicanalítica. Diria, porém, que tampouco alcançam as pessoas brancas, porque não oferecem instrumentos analíticos que as façam sair ou problematizar a psicose cultural. Trata-se, portanto, de inventar outras teorias que nos

27 A noção de “sagrada família” é inspirada no livro *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (Deleuze & Guattari, 2010), que desenvolve uma densa crítica ao complexo de Édipo e à formação do inconsciente nos moldes proposto por J. Lacan e S. Freud. É importante apontar que, assim como a psicanálise freudiana que eles criticam, a raça não comparece como um dado que estrutura o inconsciente em suas análises.

ajudem a compreender como a raça nos estrutura, uma disputa epistemológica que atravessa outros saberes contemporâneos.

Não se trata apenas de propor modelos interseccionais de análises, mas de pensarmos que a diferença sexual e o gênero são estruturados pela raça. Não apenas para as pessoas negras, mas como estrutura que corta todas as subjetividades e estão ali, em nossos inconscientes, pulsando. Não seria importante pensarmos que, além dos chistes, do ato falho e dos sonhos, o inconsciente racializado também se anuncia nos insultos?²⁸

Quantos anos tinha aquela criança que gritou para Fanon²⁹ (*Olhe o preto!... Mamãe, um preto!*) e foi reprimida imediatamente pela mãe (*Cale a boca, menino, ele vai se aborrecer!*)? A mãe tentava repor a normalidade da vida pública com um elogio (*Não ligue, monsieur, ele não sabe que o senhor é tão civilizado quanto nós...*). A criança estava com medo? O que ela via quando se deparou com o real do corpo negro de Fanon? O real da corporeidade está atravessada por discursos que já estão deslocados do real da pele, do cabelo, do nariz. O significante “negro” desloca-se do real do corpo e das subjetividades. Esse é outro efeito da psicose cultural: o momento em que há uma “autotraição”. Não existe racismo, mas há o fantasma do/a negro/a como ameaça constante.³⁰ Pouco importa que “o negro” seja “civilizado”. Negro é negro. A mãe, talvez para tranquilizar ou controlar uma possível reação do negro (“ele pode se aborrecer”), produz uma identificação (“tão civilizado quando nós”), mas o anunciado da criança revela

28 Lilia Moritz Schwarcz (2017) aponta como os provérbios de matiz racista podem ser considerados modalidades discursivas que atravessam as formações do inconsciente no Brasil. Certamente, é uma impossibilidade determinar quando se escutou a primeira vez as expressões “à noite, todos os gatos são pardos” ou “eles que são brancos que se entendam”. Os provérbios são repetidos sem fazer referência ou mesmo necessitar do emissor original. A força de sua reiteração está no compartilhamento de sentidos (como ideias sínteses) para quem está na cena onde é proferido.

29 Passagens relatadas no livro *Pele branca, máscaras negras*, de Fanon (2008, p. 106).

30 A essa cena descrita por Fanon pode-se acrescentar inúmeras outras relatadas por Grada Kilomba (2022) que acontecem no espaço público. Nessas cenas, nem sempre o medo é o afeto que estrutura os encontros. A violência pode vir em forma de elogio: “O que eu realmente odiava [quando era criança] era que me tocassem no cabelo: ‘que cabelo lindo! Que cabelo engraçado! Olha, uma afro...’ sentia-me como um cão, sou uma pessoa ... Eu nunca tocaria no cabelo de alguém assim” (p. 130).

o oposto (*olha, o negro!*). Certamente, um dos significantes que estruturou o inconsciente dessa criança foi “negro”. Se o inconsciente é estruturado como linguagem, a raça está presente desde que nascemos. O que a criança expressa não é a diferença (ele é negro, eu sou branca), mas a ausência dessa relação. Ser branco é o todo, o referente único, sem falta, e a pele branca é a lei que vem ao mundo com fé pública. O negro é o defeito que impede qualquer campo de produção de identificação. Embora essa relação exista desde sempre, ela é negada e expulsa do campo da identificação.

Conclusão

1. Apontei que a ausência de pessoas negras nas teorias e nos espaços psicanalíticos deve-se ao racismo que estrutura esse campo. Se considerarmos, de fato, que a família freudiana e o Nome-do-Pai lacaniano seriam as condições anteriores para que as estruturas psíquicas sejam organizadas, não resta outro caminho a não ser o oferecido pelas Ciências Sociais e pela História, que concluem pela impossibilidade de reconhecer a condição de sujeitos a seres que nasceram e viveram “como selvagens”. O primeiro movimento teórico deveria ser a compreensão de que esses saberes contribuíram para a reprodução de estruturas racistas e, mais, que o racismo está em suas estruturas de análise do mundo e das interpretações das ações dos indivíduos como parte fundamental da psicose cultural.

2. Outras formas de organização da vida social (com destaque para o lugar da mãe) precisariam deter o esforço de pesquisa e interpretação fora dos marcos da anomia, patologia social e psicose. Possivelmente, as crianças que nasceram em senzalas ou as que foram sequestradas na África para alimentar o tráfico de pessoas foram cuidadas por redes de apoio e valores que se chocavam com o mundo da Casa-Grande.³¹ Subjetivamente, a condição de ser escravizado produzia múltiplos movimentos subjetivos: obedecer ao/à senhor/a e resistir.³² Qual a diferença para formação subjetiva

31 Sobre valores africanos e suas influências na constituição da sociedade brasileira, ver: Augras (1983), Prandi (2005), Rehbein (1985), Santos (1993), Munanga (2009).

32 Foge ao escopo deste artigo apresentar as formas de resistência que se efetivavam nas dimensões micro e macro, mas vale a pena indicar algumas das obras que são

dessas duas sentenças: “Ele é seu pai, obedeça-o” e “ele é seu/sua senhor/senhora, obedeça-o/a”. Na primeira, estamos nos marcos do patriarcado; na segunda, o “obedeça-o/a” tem um subtexto: obedeça-o/a agora, rebele-se quando ele/ela virar as costas.

3. A historiografia nos oferece um amplo material que nos permite concluir que a resistência das pessoas escravizadas era cotidiana e que se efetivava nas esferas micro (assassinato do senhor e da família, expropriação de bens, suicídios) e macro (fugas coletivas, organização de quilombos, revoltas).

4. Para a criança negra escravizada, a primeira diferença interiorizada é o da raça. Por que ela não pode ter a mãe próxima a ela? Quem irei chamar de pai? A centralidade da raça como fator estruturante do inconsciente também opera entre os brancos. Afinal, foram os europeus que inventaram que a marcação biológica seria o definidor de quem somos no mundo, séculos antes da invenção do “sexo rei” (Foucault, 2013). No entanto, a sofisticação dessa construção está exatamente no apagamento da marca racial na branquitude. Ninguém escapa à marca da diferença racial. Ao longo da vida, teremos que nos confrontar com os discursos sobre raça que nos foram transmitidos pelo Outro Significativo (Mead citado por Berger & Luckmann, 2004). “Confrontar” pressupõe que haja reflexividade da relação entre subjetividade e as condições históricas que me constituem no mundo. A cena inicial do psicanalista nos coloca diante de um sujeito que não se descola porque tem um lugar de conforto psíquico oferecido pela branquitude. Isso é o que os ativismos e teóricos/as negros/as chamam de privilégio. “No Brasil não existe racismo” é uma sentença síntese da psicose cultural atualizada pelo psicanalista. Essa sentença pode ser lida por outro caminho: dizer que não existe racismo no Brasil é um subterfúgio para expressar o desejo de eliminação das pessoas negras. Se o psicanalista concordasse que o Brasil é racista, teria que fazer o trabalho de pensar a estrutura racial e seu lugar nessa mesma estrutura.

referência na discussão: Sobre a revolta escrava no Brasil, há uma consolidada literatura brasileira. Algumas das obras de referência são: Moura (1959), Luna (1968), Freitas (1984), Goulart (1972, 1971), Reis (1996), Schwartz (2001), Gomes (2006).

¿Qué es la familia del psicoanálisis? Entre la abyección y la psicosis cultural

Resumen: Los objetivos de este artículo son: 1) discutir cómo la ausencia de la categoría raza en el mapa analítico del psicoanálisis contribuye para la reiteración de la “psicosis cultural” brasileña, concepto propuesto para interpretar los efectos de la llamada “democracia racial” y que se caracteriza por la negación de la existencia continua de estructuras sociales racistas. 2) Analizar la ausencia de los negros en el escenario psicoanalítico (ya sea como paciente o como psicoanalista) debido al (no) lugar que ocupan las familias negras en el mapa epistemológico de estos saberes. No se trata sólo de la exclusión de los negros, como individuos, sino de una población que se observa bajo el signo de lo abyecto. 3) Proponer la categoría raza como lenguaje estructurante del inconsciente del sujeto.

Palabras clave: psicoanálisis, racismo, familia negra, esclavitud

What is the family of psychoanalysis? Between abjection and cultural psychosis

Abstract: The objectives of this article are: 1) to discuss how the absence of the category race in the analytical map of psychoanalysis contributes to the reiteration of the Brazilian “cultural psychosis”, a concept proposed to interpret the effects of the so-called “racial democracy” and which is characterized by the denial of the continued existence of racist social structures. 2) to analyze the absence of black people in the psychoanalytic scene (whether as a patient or psychoanalyst) due to the (non) place that black families occupy in the epistemological map of this knowledge. It is not just about the exclusion of black people, as individuals, but about a population that is observed under the sign of the abject. 3) to propose the race category as a structuring language of the subject’s unconscious.

Keywords: psychoanalysis, racism, black family, slavery

Referências

- Augras, M. (1983). *O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em comunidades nagô*. Vozes.
- Belo, F. (2018). *Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de Despejo*. Relicário.
- Bento, B. (2017). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires.
- Bento, B. (2021). *Mães contra o Estado. Dossiê Cult*. Editora Cult.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.
- Borges, R. (2017). Prefácio. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise* (pp. 15-29). Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus.
- Butler, J. (1993). *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. London; New York: Routledge.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Paidós.
- Console, L. (2017). "Impactos do racismo não são reconhecidos pela psicanálise", afirma psicóloga. *Brasil de Fato*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/31/impactos-do-racismo-nao-sao-reconhecidos-pela-psicanalise-afirma-psicologa>.
- Corrêa, M. (2001). *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Fapesp/Edusf.
- Costa, J. F. (2003). *Violência e psicanálise*. Graal.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Devereux, G. (1972). *Etnopsicoanálise complementarista*. Amorrortu.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. Martins Fontes.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. Boitempo.
- Exame. Mourão diz que família sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados. *Exame*, 17/09/2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mourao-diz-que-familia-sem-pai-ou-avo-e-fabrica-de-elementos-desajustados/>.
- Farias, T. (2019). *José do Patrocínio, a pena da Abolição*. Kapulana.
- Florentino, M. & Góes, J. R. (2017). *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico transatlântico, Rio de Janeiro, C. 179 – C. 1850*. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Universidade Federal da Bahia.
- Freitas, D. (1984). *Palmares, a guerra dos escravos*. Mercado Aberto.

- Freud, S. (1989a). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 179-188). Imago. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1989b). Sobre as teorias sexuais das crianças. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 213-228). Imago. (Trabalho original publicado em 1908)
- Foucault, M. (1989). Os intelectuais e o poder. In M. Foucault. *Microfísica do Poder*. Graal.
- Foucault, M. (2003). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Foucault, M. (2013). *Microfísica do poder*. Graal.
- Gomes, F. S. (2006). *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Companhia das Letras.
- Gonçalves Filho, J. M. (2017). A dominação racista: O passado presente. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 143-159). Perspectiva.
- Goulart, J. A. (1971). *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Conquista.
- Goulart, J. A. (1972). *Da fuga ao suicídio*. Conquista.
- Guerra, A. M. C. (2020). O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e9547>.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 223-244.
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do espírito*. Vozes.
- Instituto Wilfred Bion. Instituto Wilfred Bion. *YouTube*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MxspWRYbqW8>.
- Kilomba, G. (2022). *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Kon, N. M., Silva, M. L. & Abud, C. C. (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. Perspectiva.
- Lacan, J. (1988). Seminário 3. *As psicoses (1955-1956)*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). O aturdido. In J. Lacan. *Outros escritos* (pp. 448-497). Jorge Zahar.
- Luna, L. (1968). *O negro na luta contra a escravidão*. Leitura.
- Magui, A. A. (2021). *Luiz Gama: A saga de um libertador*. Petrópolis.
- Malinowski, B. (1982). *A vida sexual dos selvagens*. Francisco Alves.
- Mazui, G. (2020). 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. *G1*. Recuperado em 1 de outubro de 2022, de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>.
- Moura, C. (1959). *Rebeliões da Senzala*. Zumbi.

- Munanga, K. (2009). *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. Global.
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In N. M. Kon, M. L. Silva & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 33-44). Perspectiva.
- Martins, V. T. (2019). A foraclusão do nome-do-pai: lógica do significante e topologia dos nós. *Ágora*, Rio de Janeiro, 22(3). Recuperado em 1 de outubro de 2022, de <https://www.scielo.br/j/agora/a/ZmL6kzhPDYqLr9fjgfb7m5y/abstract/?format=html&lang=pt>
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Nogueira, I. B. (2017). *A cor e inconsciente*. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 121-126). Perspectiva.
- Ortigues, M.-C. & Ortigues, E. O. (1989). *Édipo Africano*. Escuta.
- Pinho, O. de A. (2004). O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu*, 23, 89-119.
- Prado Junior, C. (1976). *História econômica do Brasil*. Brasiliense.
- Prandi, R. (2005). *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. Companhia das Letras.
- Rehbein, F. C. (1985). *Candomblé e salvação: a salvação na religião nagô à luz da teologia cristã*. Loyola.
- Rodrigues, N. (1977). *Os Africanos no Brasil*. Brasiliense/Editora Nacional.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Jorge Zahar.
- Reis, J. J. & Gomes, F. dos S. (1996). *Liberdade por um Fio*. Companhia das Letras.
- Romero, Sylvio. (1888). Estudos sobre a poesia popular do Brasil, 1879-1880. *Biblioteca Brasiliense Guita e José Mindlin*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6851>.
- Rodrigues, R. (2020). O que a psicanálise pode dizer do racismo. *Correio Braziliense*. Recuperado em 1 de outubro de 2022, de https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2020/02/22/internas_opiniaio,829765/o-que-a-psicanalise-pode-dizer-do-racismo.shtml.
- Santos, J. E. dos. (1993). *Os nagós e a morte*. Vozes.
- Schechter, R. C. & Bonfim, F. G. (2020). Psicanálise e racismo: entre os tempos de ver, compreender e concluir. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 7.
- Schwartz, S. B. (2001). *Escravos, roceiros e rebeldes*. Edufsc.
- Schwarcz, L. M. (2017). Raça, cor e linguagem. In N. M. Kon, M. L. Silva & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. Perspectiva.
- Schwarcz, L. M. (1995). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das Letras.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro*. Graal.

Berenice Bento

Telles, L. S. (2018). *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, História Social, Universidade de São Paulo.

Thurler, A. L. (2009). *Em nome da mãe: o não-reconhecimento paterno no Brasil*. Mulheres.

Triska, V. H. C. & D'agord, M. R. de L. (2018). Reflexões teóricas sobre o diagnóstico psicanalítico contemporâneo. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 30(2), 349-364. Disponível em: [/http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n2/09.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n2/09.pdf).

Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial*. Folha de S. Paulo/Datafolha.

Berenice Bento

berenice.bento1@gmail.com